Recuperação Judicial de Empresas Recém Estabelecidas e a Influência das Enchentes do Rio Grande do Sul no Processo de Concessão

Autor(res)

Juvenal Ballista Kleinowski
Veronica Carvalho Guterres
Emerson Tunes Pereira

Categoria do Trabalho

Iniciação Científica

Instituição

FACULDADE ANHANGUERA DE CAXIAS DO SUL

Introdução

O processo de recuperação judicial é um mecanismo previsto na legislação brasileira e visa a reestruturação de empresas em dificuldades financeiras, permitindo a continuidade de suas atividades e a preservação dos empregos. Delimita-se a investigação na possibilidade de preservação das empresas recém-estabelecidas, que, por sua vez, enfrentam desafios específicos para a estabilização e crescimento, sendo particularmente vulneráveis a eventos externos. Este estudo ganha relevância ao centrar-se na verificação do contexto Rio-grandense, que as enchentes representam um risco significativo para a economia local, afetando diretamente a operação de diversas empresas. Nesse contexto, as hipóteses levantadas sugerem que as enchentes influenciam o processo de concessão da recuperação judicial para empresas recém-estabelecidas na região, analisando os principais fatores envolvidos e possíveis soluções para minimizar os impactos negativos.

Objetivo

Analisar a concessão de Recuperação Judicial de empresas com menos de 2 anos no mercado; identificar os principais desafios enfrentados por empresas afetadas por desastres naturais e avaliar a eficácia das políticas públicas de apoio a empresas afetadas por desastres naturais.

Material e Métodos

Para a condução desta pesquisa, adotou-se a metodologia experimental, que incluiu o levantamento de dados em websites de reconhecida relevância nacional. Além disso, foram consultados especialistas renomados em questões jurídicas relacionadas ao processo de recuperação judicial, como Fábio Ulhoa Coelho, bem como o pesquisador ambiental Francisco Eliseu Aquino e outros profissionais de destaque nas áreas. Foram consultados diversos materiais que abordam os efeitos das mudanças climáticas na região e como as empresas recém-estabelecidas estão se preparando para esse novo cenário, além de dados estatísticos relevantes. Extraiu-se dessas referências questões essenciais para a investigação sobre as políticas públicas de apoio a empresas afetadas por desastres naturais.

Resultados e Discussão

A lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005 regula a recuperação judicial, a extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária. Destacou-se a importância das políticas públicas de apoio a empresas afetadas por desastres naturais, especialmente a Medida Provisória nº 1.230 de 07 de junho de 2024, que instituiu o Apoio Financeiro com o objetivo de enfrentar a calamidade pública. Ariel Fernando Berti, diretor técnico do SEBRAE RS, revelou que a instituição lançou uma pesquisa para entender as principais demandas dos negócios locais, estimando que cerca de 600 mil micro e pequenas empresas foram afetadas pelas enchentes no Estado. Segundo a analista de política Larissa Rodrigues, o governo federal considera lançar outra rodada do Programa Nacional de Apoio às Micro e Pequenas Empresas no Rio Grande do Sul, oferecendo descontos em empréstimos aos empresários afetados pelas chuvas.

Conclusão

A eficácia das políticas públicas de apoio a empresas afetadas por desastres naturais no RS tem mostrado resultados variados. Programas como o Nacional de Apoio às Micro e Pequenas Empresas oferecem suporte crucial, mas é necessária uma análise mais detalhada sobre sua implementação e impacto real. Analisar a concessão de Recuperação Judicial para empresas com menos de dois anos no mercado busca identificar os principais desafios enfrentados por essas empresas em situações de desastres naturais.

Agência de Fomento

FUNADESP-Fundação Nacional de Desenvolvimento do Ensino Superior Particular

Referências

COELHO, Fábio Ulhoa. Curso de direito comercial - volume 3: direito de empresa : contratos, falência e recuperação de empresas. 20. ed. (4. ed. do e-book) São Paulo: Revista dos Tribunais, Thomson Reuters, 2021.

AQUINO, Francisco Eliseu: Avaliação De Desastres No Rio Grande Do Sul Associados A Complexos Convectivos De Mesoescala. Sociedade & Natureza. Disponível em: https://www.scielo.br/j/sn/a/WK9wKFvf4V6GY4bnwdGpgWn/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 01 jul 2024.

BRASIL. . Senado Federal. Lei de recuperação de empresas: Lei no 11.101, de 2005. Brasília, DF: Senado Federal, 2005. Disponível em: https://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=580930. Acesso em: 6 jul. 2024.